

SINDIJUS

INFORMA

ED.45
AGOSTO
2014

www.sindijus.org.br
sindijus@sindijus.org.br



CAMPANHA SALARIAL 2014

O QUE ESTÁ EM JOGO?

Ranking Salarial

Campanha 2014

Valorização da qualificação
dos servidores

TJSE é 1º lugar em eficiência, mas continua como um dos piores pagadores do país

De acordo com mais uma pesquisa feita pelo SINDIJUS, durante o mês de Julho deste ano, para atualizar o Ranking Salarial dos servidores dos Tribunais de Justiça estaduais do país, conclui-se que continua havendo um grande abismo no *status* do TJSE quando se compara serviços prestados e valorização dos servidores efetivos.

Nos últimos anos, o Judiciário sergipano tem figurado como referência no cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na última lista divulgada, em 2013, por exemplo, o TJSE aparece ocupando o 1º lugar em eficiência entre os 27 tribunais. No entanto, quando a

valorização dos servidores é comparada, os resultados são contraditórios.

Adotando como critério o Vencimento-Base dos servidores de nível básico (Agentes Judiciários), o TJSE aparece em 14º lugar, atrás de estados como Roraima, Paraíba e Paraná que no ranking do CNJ estão respectivamente em 23º, 22º e 21º. Ao comparar os salários dos níveis médio (Técnicos Judiciários) e superior (Analistas Judiciários) a situação é ainda pior. O TJSE fica em 21º e 18º respectivamente. Os dados foram obtidos nos Portais da Transparência dos tribunais estaduais.

Nível Básico				Nível Médio				Nível Superior			
	UF		Venc. Base		UF		Venc. Base		UF		Venc. Base
1	GO	R\$	2.628,28	1	MG	R\$	3.604,16	1	RS	R\$	6.570,13
2	AP	R\$	2.309,50	2	MS	R\$	3.589,98	2	MA	R\$	6.313,51
3	AC	R\$	2.300,00	3	RS	R\$	3.449,31	3	TO	R\$	6.159,92
4	PR	R\$	2.283,14	4	TO	R\$	3.440,52	4	PR	R\$	6.077,36
5	PB	R\$	2.220,30	5	GO	R\$	3.244,78	5	AM	R\$	5.647,24
6	MS	R\$	2.079,57	6	AL	R\$	3.220,02	6	RR	R\$	5.578,66
7	PA	R\$	1.910,39	7	AC	R\$	3.200,00	7	SP	R\$	5.206,27
8	MA	R\$	1.894,98	8	RN	R\$	2.964,35	8	AC	R\$	5.200,00
9	RS	R\$	1.879,76	9	PB	R\$	2.906,59	9	AL	R\$	4.922,57
10	SP	R\$	1.829,02	10	AM	R\$	2.899,64	10	RO	R\$	4.675,45
11	RO	R\$	1.746,62	11	DF	R\$	2.824,17	11	DF	R\$	4.633,67
12	RR	R\$	1.597,52	12	ES	R\$	2.799,47	12	SC	R\$	4.630,15
13	TO	R\$	1.578,16	13	RR	R\$	2.789,37	13	MS	R\$	4.547,25
14	SE	R\$	1.519,88	14	SC	R\$	2.689,76	14	MG	R\$	4.510,26
15	AM	R\$	1.517,62	15	SP	R\$	2.664,04	15	BA	R\$	4.366,94
16	MG	R\$	1.469,57	16	CE	R\$	2.624,44	16	CE	R\$	4.305,93
17	AL	R\$	1.454,96	17	BA	R\$	2.603,81	17	ES	R\$	4.038,14
18	DF	R\$	1.447,43	18	RO	R\$	2.599,54	18	SE	R\$	4.032,46
19	MT	R\$	1.421,15	19	PA	R\$	2.538,87	19	MT	R\$	3.866,68
20	CE	R\$	1.306,72	20	MA	R\$	2.475,73	20	PB	R\$	3.786,88
21	SC	R\$	1.235,67	21	SE	R\$	2.457,39	21	GO	R\$	3.244,78
22	ES	R\$	1.215,58	22	AP	R\$	2.309,50	22	PA	R\$	3.218,56
23	PI	R\$	1.050,83	23	PR	R\$	2.283,14	23	PI	R\$	3.174,07
24	RN	R\$	926,36	24	PI	R\$	2.056,07	24	AP	R\$	3.004,58
25	BA	R\$	678,00	25	MT	R\$	2.024,44	25	RN	R\$	2.964,35
26	PE	R\$	656,47	26	PE	R\$	1.087,40	26	RJ	R\$	1.700,15
27	RJ			27	RJ	R\$	1.032,28	27	PE	R\$	1.416,95

Campanha Salarial 2014: O que está em jogo?

Se analisar a evolução salarial dos servidores do TJSE, ao longo dos anos, constata-se um misto de períodos de estagnação total e valorização. E o que diferenciou a ocorrência de um resultado ou outro foi a luta.

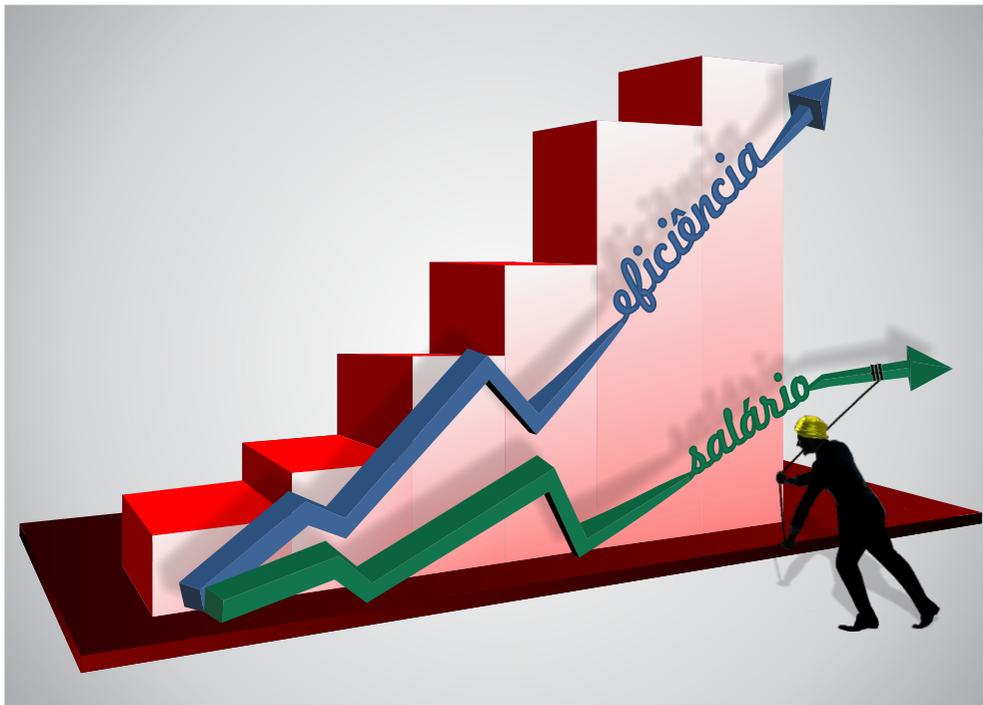
A década de 90' no TJSE foi marcada por congelamentos salariais que geraram perdas na renda líquida dos servidores; era uma época em que as reivindicações dos servidores eram disputadas tão somente pela via judicial. Se queria conquistar um direito, impetrava-se com um processo para isso.

Na primeira metade dos anos 2000, nos meses de janeiro, os servidores do TJSE passaram a ter reajustes salariais anuais estritamente limitados aos percentuais da inflação.

Apenas a partir de 2005, os servidores efetivos passaram a ter aumentos salariais acima da inflação. Mas ainda havia um problema, os aumentos dos efetivos eram nos mesmos percentuais concedidos aos Cargos em Comissão, o que não reduzia as distorções.

Somente nos últimos cinco anos e por apenas quatro vezes (2009, 2011, 2012 e 2013), os servidores efetivos não tem perdido nenhum direito e vem conquistando aumentos salariais acima da inflação e, também, acima dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança. No contexto que leva a esses resultados tem uma novidade em comum: o início das Campanhas Salariais no TJSE. Esses resultados tem mostrado um caminho real para se reduzir as distorções históricas que separaram os servidores efetivos dos CCs.

Mesmo depois de encontrar o caminho para a construção de uma política de valorização sólida e mais justa, nada está garantido! Todos os anos, a gestão do TJSE continua mostrando sua resistência em valorizar os servidores efetivos e, por



outro lado, faz defesas contraditórias pela valorização dos cargos que são indicados politicamente.

O diagnóstico atual mostra um cenário muito grave, em que os recursos dos CCs põem em risco a valorização dos efetivos. O TJSE, ao mesmo tempo que é o mais eficiente do país, é o tribunal que paga uns dos salários mais baixos no Judiciário nacional, principalmente para Técnicos e Analistas Judiciários.

No ano passado, levantamento feito pelo SINDIJUS demonstrou que o TJSE paga os maiores Cargos em Comissão do estado de Sergipe, já chegando a salários de R\$ 16 mil por mês, que ultrapassam os CCs do Executivo, do MP e do TCE.

A despesa total com pessoal no TJSE já está em 5,3% da receita corrente líquida do Estado, chegando a uma proximidade preocupante do limite prudencial de 5,7% estipulado pela LRF.

Apesar dessa realidade temerosa, a gestão do TJSE não dá nenhum sinal de mudança e continua insistindo em sustentar as regalias sagradas para os cargos que estão no campo das suas indicações políticas: Cargos em

“Cada centavo a mais que vai para os CCs e seus derivados é um centavo a menos para valorizar os efetivos”

Comissão, Funções de Confiança e suas incorporações.

Está claro que os recursos utilizados para pagar a folha de pagamento de todos os servidores do TJSE são os mesmos, provenientes do tesouro do Estado. Dessa forma, conclui-se que cada centavo a mais que vai para os Cargos em Comissão e seus derivados é um centavo a menos na hora de valorizar o salário dos efetivos. Portanto, combater as vultosas cifras que são destinadas aos cargos políticos (Ccs, Fcs e incorporações) é essencial para assegurar uma valorização consistente dos servidores efetivos e corrigir as distorções historicamente criadas no Judiciário sergipano.

Valorização da Qualificação dos Servidores

A Campanha pelos Adicionais de Qualificação e Graduação representa a chance dos servidores terem reconhecido o nível de qualidade da mão de obra que empregam nos serviços do TJSE e a chance dos Técnicos e Agentes Judiciários recuperarem a valorização da graduação perdida no PCS de 2010



PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

QUALIFICAÇÃO CUSTA CARO!

PELA VALORIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO
E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO TJSE

SINDIJUS
Sergipe

FILIADO A:

CUT **ESPANAD** **DIIESE**

É inquestionável o desejo da categoria pela criação de uma política de valorização justa e equilibrada, por parte do TJSE, que reconheça que a eficiência e os louros do Tribunal, cortejados nacionalmente, vêm das mãos e mentes de todos os servidores. Hoje, por diversas circunstâncias já notórias, está evidente que a evolução dos serviços prestados pelo Judiciário sergipano deve-se, em grande parte, à qualificação profissional.

A lógica do raciocínio é incontestável. No entanto, está nítida a intenção da gestão do TJSE em continuar arrematando para o seu quadro de pessoal mão-de-obra qualificada, tendo na sua “linha de produção” servidores com nível superior, mas sem a devida contra-partida, que seria uma remuneração que reconheça isso.

A recente criação das 200 Funções de Confiança destinadas apenas para bacharéis em Direito, e a exigência de conhecimentos típicos de nível superior (inclusive entendimentos jurisprudenciais) para candidatos ao cargo de Técnico Judiciário são exemplos cristalinos do barateamento da capacidade técnica dos servidores que o TJ quer impor.

Estrategicamente, o principal objetivo na valorização dos servidores deve continuar sendo os aumentos do Vencimento-Base, mas os direitos paralelos que também contribuem para propiciar condições de vida mais digna aos servidores também devem ser perseguidos pela categoria nas suas lutas. A

magistratura conhece bem esse assunto e, mesmo sendo remunerada pelo regime de subsídio, mantém a sua fábrica de penduricalhos operando em alta rotação.

Antecedentes da valorização da graduação

A valorização da graduação em nível superior não é novidade, nem fora nem dentro do próprio TJSE. Outras categorias já contam com esse adicional no serviço público de Sergipe, entre servidores estaduais e municipais. No passado, o próprio TJSE já adotou o Adicional de Nível Universitário para Escrivães e Oficiais de Justiça que não fizeram concurso de nível superior. Até a implementação do famigerado PCS de 2010, o TJSE também reconhecia a necessidade de valorização do nível superior de Agentes e Técnicos Judiciários, aumentando o salário simbolicamente no valor de uma letra/nível.

A luta pelo retorno da valorização da graduação e pela valorização da pós-graduação, mestrado e doutorado à altura dos méritos que esses níveis de instrução representam, é uma luta para que a educação se sobreponha aos privilégios dentro da justiça sergipana.

“A evolução dos serviços prestados pelo Judiciário deve-se à qualificação dos servidores”